



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638362 - SP (2021/0000705-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ROBERTO FERNANDO BICUDO
ADVOGADO : ROBERTO FERNANDO BICUDO - SP121467
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 224270-85.2.2020.82.6.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 30/5/20, pela suposta prática do delito previsto nos arts. 121, § 2º, II (motivo fútil) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), e art. 121, § 2º, II (motivo fútil) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a Câmara denegou a ordem liminarmente, sem sequer solicitar informação ou ouvir o representante do Ministério Público, e que não há motivos para manter o acusado em cárcere.

Sustenta ainda, que, "em havendo futuramente o reconhecimento da tese defensiva de legítima defesa, sendo o denunciado absolvido, se mantido no momento em cárcere causará um enorme prejuízo ao mesmo que ficará afastado de seu trabalho e de seus familiares, inserido em meio a marginais e submetido a alto risco em sua saúde, devido ao seu problema de enfisema pulmonar" (fl. 9).

Requer, a concessão da medida liminar, ante a existência de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, determinando a imediata expedição de alvará de soltura ou substituição por outra medida cautelar em favor do paciente Reginaldo Marques, a fim de que este possa aguardar os ulteriores termos do processo-crime em liberdade.

No mérito, pugna pela concessão "de HABEAS CORPUS para revogar a prisão preventiva, permitindo assim responder o referido processo em liberdade até final decisão transitada em julgado, tornando definitivos os efeitos da liminar concedida".

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente